

Estatutos

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO 1 EURO

26 de novembro de 2018

CAPITULO I

Natureza, Denominação, Sede e Objeto

Artigo 1.º

Denominação e natureza jurídica

A Associação Movimento 1 Euro, adiante designada por “associação” ou por “AM1E”, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, constituída por um período de duração indeterminado, com o NIPC 509971083 e regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º

Sede e âmbito de acção

A associação tem a sua sede na Rua do Conde de Redondo, n.º 46A – R/c, 1150-218 Lisboa, freguesia de S. Jorge de Arroios, distrito Lisboa e o seu âmbito de acção abrange o território nacional.

Artigo 3.º

Objetivos

1. A AM1E visa atuar nos domínios social, cultural, educacional, de saúde, ambiental e apoio animal, em território nacional, tendo em conta as seguintes finalidades e objetivos principais:

- (a) Propugnar uma mentalidade e atitude que respeite e promova os valores fundamentais da pessoa e dignidade humana e ainda, que promova os direitos dos animais e o respeito pelo meio ambiente;
- (b) Promover um apoio efetivo a todas as instituições sem fins lucrativos, cujas finalidades e âmbito de intervenção se enquadrem nos domínios suprarreferidos no preâmbulo do nº 1 do presente artigo;
- (c) Promover, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, a cooperação e a solidariedade entre os seus associados e apoiantes amigos, sem com isso procurar obter proveitos materiais para os mesmos.

2. Secundariamente, a AM1E poderá, igualmente, prosseguir quaisquer outros fins não lucrativos, desde que esses fins, de uma maneira geral, se afigurem conexos, relacionados, necessários ou convenientes à prossecução dos fins principais acima identificados.

Artigo 4.º

Atividades

Para realização dos seus objetivos, a associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- (a) Apoiar pessoas e entidades sem fins lucrativos a todos os níveis, nomeadamente económico, de forma consolidada e mediante a mobilização dos meios materiais e humanos disponíveis para esse efeito;
- (b) Realizar iniciativas incentivadoras do apoio ao próximo e promover este tipo de ações junto de entidades públicas e privadas;
- (c) Divulgar na sociedade os problemas, existentes ou potenciais, relacionados com os objetivos da AM1E e cuja resolução dependam da mobilização de todos;
- (d) Organizar ações necessárias à prevenção ou cessação de atos e omissões, por parte de entidades públicas ou privadas que constituam uma ameaça para os objetivos que a Associação visa defender;
- (e) Identificar, selecionar e acompanhar a evolução de projetos e/ou iniciativas de responsabilidade social que serão apoiados pela AM1E e/ou pelos seus associados;
- (f) Organizar e/ou participar em congressos, seminários, conferências ou ações de formação relacionadas com os seus objetivos;
- (g) Estabelecer protocolos de colaboração com entidades do sector público e privado, para a prossecução dos seus fins; e
- (h) Assumir as obrigações e ser titular de todos os direitos que presentemente estejam abrangidos ou que possam vir a ser abrangidos na capacidade atribuída por lei às associações particulares de solidariedade social, sem fins lucrativos e de interesse público em geral. Assumir ainda, a titularidade dos direitos e obrigações que sejam necessários ou convenientes à prossecução dos seus objetivos.

Artigo 5.º

Organização e funcionamento

A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela direção.

Artigo 6.º

Prestação dos serviços

1. Os serviços prestados pela associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPITULO II

Dos associados

Artigo 7.º

Qualidade de associado

1. Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços.
2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8.º

Categorias

Haverá três categorias de associados:

- (a) Associados Efetivos: são pessoas singulares, designadamente os fundadores da AM1E, e aqueles a quem a Assembleia Geral deliberar atribuir esse estatuto, sob proposta da Direção e/ou de outro Associado Efetivo. Colaboram na realização dos objetivos da Associação, mediante o pagamento de uma quota, nos termos definidos no Regulamento Interno, bem como, através de outras formas de contributo voluntário.
- (b) Associados Institucionais: são as pessoas coletivas que se proponham a colaborar na realização dos objetivos da Associação obrigando-se ao pagamento de uma quota, nos termos definidos no Regulamento Interno; e

- (c) Associados Honorários: são pessoas singulares e coletivas a quem a Assembleia Geral decidir atribuir esse estatuto, em virtude de relevantes contribuições a favor da AM1E. Estão dispensados do pagamento da quota anual, nos termos do Regulamento Interno.

Artigo 9.º

Direitos e deveres

1. São direitos dos associados:

- (a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- (b) Ser eleito para os cargos sociais;
- (c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do presente diploma;
- (d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 15 dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

2. Os Associados Efetivos, além dos direitos previstos no número anterior, são ainda titulares do direito de votar nas Assembleias Gerais, nos termos da lei, dos presentes Estatutos e Regulamento Interno.

3. São deveres dos associados:

- (a) Pagar pontualmente as suas quotas, nos casos em que tal é aplicável;
- (b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
- (c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- (d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artigo 10.º

Sanções

1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:

- (a) Repreensão escrita;
- (b) Suspensão de direitos até 30 dias;
- (c) Demissão.

2. São demitidos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da direção.
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da direção.
5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efetivará mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 11.º

Condições do exercício dos direitos

1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos três meses de vida associativa.

Artigo 12.º

Intransmissibilidade

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

Artigo 13.º

Perda da qualidade de associado

1. Perdem a qualidade de associado:
 - (a) Os que pedirem a sua exoneração;
 - (b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 (doze) meses;
 - (c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma.
2. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

CAPITULO III
Dos Órgãos Sociais

Secção I
Disposições gerais

Artigo 14.º
Órgãos sociais

1. São órgãos da associação, a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 15.º
Composição dos órgãos

1. A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação.
2. O cargo de presidente conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação.

Artigo 16.º
Incompatibilidade

1. Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral.
2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da assembleia geral.

Artigo 17.º
Impedimentos

1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

2. Os titulares dos cargos da direção não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.
3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a da associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta.

Artigo 18.º

Mandatos dos titulares dos órgãos

1. A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.
2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
3. O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Artigo 19.º

Responsabilidade dos titulares dos órgãos

1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
 - (a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - (b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 20.º

Funcionamento dos órgãos em geral

1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato.
6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa.

SECÇÃO II

Da Assembleia geral

Artigo 21.º

Constituição

1. A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.
2. A assembleia geral é constituída por todos os associados que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
3. A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 22.º

Competências

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:

- (a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;
- (b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa, da direção e do conselho fiscal;
- (c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- (d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- (e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- (f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- (g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 23.º

Convocação e publicitação

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência, pelo presidente da mesa ou seu substituto.
2. A convocatória é obrigatoriamente:
 - (a) Afixada na sede; e
 - (b) Remetida, pessoalmente, a cada associado através de correio electrónico.
3. Da convocatória deverão constar, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local em que se realizará a Assembleia Geral, bem como, a respectiva ordem de trabalhos.
4. Independentemente da convocatória nos termos do número anterior é ainda obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia-geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da associação.
5. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja remetida, aos associados, através de correio electrónico nos termos do disposto no número 2.

Artigo 24.º

Funcionamento

1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
2. A Assembleia-geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 25.º

Deliberações

1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções.
2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 22.º dos estatutos.
3. No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 26.º

Votações

1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado efetivo.
2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados efetivos com, pelo menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião.
4. Cada sócio não pode representar mais de um associado.

Artigo 27.º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A assembleia geral reúne em sessão ordinária :

- (a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para a eleição dos titulares dos órgãos associativos;
- (b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior e do parecer do órgão de fiscalização;
- (c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do órgão de fiscalização.

2. A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção ou do conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

- (a) A reunião deve realizar -se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

SECÇÃO III

Da Direção

Artigo 28.º

Constituição

A direção da associação é constituída por cinco membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal.

Artigo 29.º

Competências

Compete à direção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- (a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- (b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;

- (c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- (d) Organizar o quadro do pessoal, e contratar e gerir o pessoal da associação;
- (e) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- (f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

Artigo 30.º

Forma de obrigar

1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e de outro membro da Direção.
2. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 31.º

Conselho Fiscal

O conselho fiscal é composto por três membros: um presidente e dois vogais.

Artigo 32.º

Competências

1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:
 - (a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
 - (b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;

- (c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;
 - (d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.
2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

CAPITULO IV

Regime financeiro

Artigo 33.º

Património

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

Artigo 34.º

Receitas

São receitas da associação:

- (a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados e outros apoiantes;
- (b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
- (c) Os rendimentos dos serviços prestados;
- (d) Os rendimentos de produtos vendidos;
- (e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- (f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- (g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- (h) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Artigo 35.º

Quotas, serviços ou donativos

1. Os associados pagam uma quota anual de valor fixado pela Direção e ratificado em Assembleia Geral.

2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direção propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.

CAPITULO V

Disposições diversas

Artigo 36.º

Extinção

1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei.
2. Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 37.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação aplicável em vigor.

Estatutos aprovados na reunião da Assembleia Geral, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito.

A Mesa da Assembleia Geral,

Diogo Sousa Gomes (Presidente)

Martim Teixeira Motta (1º secretário)

Nuno Antão (2º secretário)